



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

COMPRAS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de Cartuchos, Toners e Refis para as impressoras existentes na Reitoria do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), seus Campi e demais Entidades participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A discriminação referente aos materiais, suas respectivas quantidades, locais de entrega encontram-se relacionados no “Encarte A” deste instrumento.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a aquisição do material de consumo para suprimento das impressoras pertencentes ao patrimônio da Reitoria do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, seus Campi e entidades participantes, a fim de executar as atividades de rotina no que diz respeito à impressão e à reprodução de documentos.

2.2. Nesse sentido, a Reitoria planeja a reposição do estoque através do levantamento do consumo necessário para atender as demandas desta autarquia, visando à manutenção do fluxo de materiais às diversas unidades internas para o período de 12 (doze) meses.

2.3. O Registro de Preços no processo de contratação pública pode refletir em uma série de vantagens para o órgão ou entidade que dele se utilizar. Uma das vantagens é o aumento da eficiência administrativa. A eficiência, além de ser um princípio norteador de toda a atividade administrativa quando inserida no contexto do SRP, passa a ter traços peculiares como a agilidade e a otimização nas contratações públicas.

2.4. Devido às constantes atualizações tecnológicas, o fornecimento parcelado dos insumos de informática é a forma mais adequada, pois não gerará estoques desnecessários com a possível descontinuidade dos equipamentos ou novas aquisições.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Por tratar-se de objeto cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, considera-se que a natureza do objeto a ser contratado é comum, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520 de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de **10 (dez) dias úteis**, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, nos seguintes locais:



- 4.1.1. **Reitoria, localizada na R. Luz Interior, n.º 360, bairro Santa Luzia (Estrela Sul), em Juiz de Fora/MG, CEP 36010-760, telefone (32) 3257-4155;**
- 4.1.2. **Campus Avançado de Bom Sucesso, localizado na R. da Independência, n.º 30, bairro Aparecida, em Bom Sucesso/MG, CEP 37220-000, telefone (32) 3841-3948;**
- 4.1.3. **Campus Manhuaçu, localizado na BR-116, KM 593, Distrito de Realeza, em Manhuaçu/MG, CEP 36905-000, telefone (33) 3333-0100;**
- 4.1.4. **Campus Juiz de Fora, localizado na Rua Bernardo Mascarenhas n.º 1283, bairro Fábrica, em Juiz de Fora/MG, CEP 36080-001, CEP (32) 4009-3019;**
- 4.1.5. **Campus Muriaé, localizado Av. Monteiro de Castro, s/n.º, bairro Barra, em Muriaé/MG, CEP 36080-000, telefone (32) 3696-2850;**
- 4.1.6. **Campus Av. Cataguases, localizado na Chácara da Granjaria, s/n.º, Bairro Granjaria, em Cataguases/MG, CEP 36773-563, telefone (32) 3421-1013.**
- 4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações do objeto licitado; constantes neste Termo de Referência e na proposta, compreendendo dentre outras as seguintes verificações:
 - a) Os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação dos materiais;
 - b) Condições da embalagem e/ou material;
 - c) Quantidade entregue;
 - d) Apresentação do documento fiscal com identificação do fornecedor e do comprador, descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.
- 4.3. Os cartuchos e toners deverão ser originais ou compatíveis com as impressoras descritas no Anexo I, deverão ser **novos**, ou seja, produzidos com todos os componentes 100% novos, inclusive a carcaça, trazendo estampada a marca.
- 4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, após a verificação da quantidade e da qualidade do produto, se em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.5. **O cartucho ou toner deverá ser novo e de 1º uso original ou o compatível com o original em termos de rendimento e qualidade com a devida apresentação do laudo técnico, expedido pelo Inmetro ou por entidade acreditada pelo Inmetro ou ainda**



por entidade de reconhecida idoneidade e capacidade técnica, nos termos da Norma ABNT NBR ISO/IEC 19752:2006, 24711:2007 ou 19798:2008.

- 4.5.1. Exigências de laudo para o produto compatível com fulcro nas deliberações do Tribunal de Contas da União (TCU): Decisão n.º 130/2002 – Plenário; Decisão n.º 516/2002 – Plenário; Decisão n.º 1.196/2002 – Plenário; Decisão n.º 1.476/2002 – Plenário; Decisão n.º 1.622/2002 – Plenário e Acórdão n.º 1.446/2004.
- 4.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.8. No ato da entrega, os cartuchos e toners deverão ter validade e garantia, a partir de então, de, no mínimo, 12 (doze) meses, sendo que o fornecedor obrigará-se a substituir produtos que apresentem irregularidades dentro do prazo de 1 ano a contar da entrega.
- 4.9. **A administração poderá colher amostras no lote fornecido e encaminhá-las para análise em laboratórios devidamente acreditados pelo Inmetro, para análise do produto, nos termos das normas ABNT NBR ISO/IEC 24711:2006, ABNT NBR ISO/IEC 19752:2007 ou ABNT NBR ISO/IEC 19798:2008 ou ainda as normas ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2.**
- 4.10. Nos casos de emissão de declaração falsa, a empresa licitante estará sujeita à tipificação no crime de falsidade ideológica, prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, bem como nos crimes previstos nos artigos 90 e 93 da Lei nº 8.666/93, além de poder ser punido administrativamente, conforme as sanções previstas no presente Edital, sendo assegurado ampla defesa.

5. DA SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Para a execução do objeto deste Termo de Referência, a CONTRATADA deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos na instrução normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG.
- 5.2. Os bens não podem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromado (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- 5.3. Para atendimento aos critérios de sustentabilidade, os cartuchos e toners:
- 5.3.1. Deverão ser acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Embalagem reciclável: é a embalagem cuja matéria-



prima pode ser reaproveitada depois de utilizada, após sofrer uma transformação química ou física, para finalidades diversas;

5.3.2. **As embalagens plásticas (carcaças) nas quais as tintas dos cartuchos e toners são acondicionadas deverão ser degradáveis e ou de fontes renováveis, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;**

5.3.3. Deverão observar os requisitos ambientais, fazendo com que sejam devidamente reconhecidos e certificados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO ou por organismo de avaliação acreditado pelo INMETRO- como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.3.4. As embalagens dos cartuchos e toners deverão trazer a quantidade de tinta e estar de acordo com as normas definidas pela **Portaria INMETRO nº18/2004, que estabelece, em seu art. 1º: “A comercialização do produto “tinta para impressora” acondicionado em cartucho, deverá ter sua indicação quantitativa expressa na embalagem, em unidades legais de volume, seus múltiplos e submúltiplos.**

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.



7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 7.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as seguintes indicações, se aplicável: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 7.1.2. O bem durável deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.1.8. Comprovar que o fabricante indicado possui programa de reciclagem ou de descarte ambientalmente adequado de toner, obedecendo ao sistema de logística reversa, de acordo com o disposto no art. 33, inciso VI e parágrafos 3º e 6º, da Lei 12.305/2010;
- 7.1.9. Efetuar a entrega do bem rigorosamente dentro das características especificadas neste Termo de Referência, no Edital e na Proposta de Preço;
- 7.1.10. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA



9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal;

11.1.6. Não manter a proposta.

11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



- 11.2.2. Multa moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 11.2.3. Multa compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- 11.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
 - 11.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 11.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 11.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. ANEXOS

- 12.1. Encarte A – Relação de Itens, Descrição, Entidade Demandante e Quantidades



Juiz de Fora, 23 de maio de 2017
